

PARECE REVOLUÇÃO, MAS É SÓ NEOLIBERALISMO

O professor universitário em meio às cruzadas autoritárias da direita e da esquerda

BENAMÊ KAMU ALMUDRAS



***Escárnio*, trabalho de Hirotoshi Ito, e os universitários: usando camuflagens progressistas, a esquerda está transformando os alunos em consumidores e os servidores públicos em serviços** CREDITO: SNEER_HIROTOSHI

ITO_@ITOHROTOSHI_2014

Um amigo que leciona na área de humanas em uma grande universidade pública paulista, ao chegar para a sua aula em um curso de pós-graduação, percebeu um burburinho inusual entre os alunos. Perguntou-lhes se estava tudo bem, e um deles disse: “Não. Estamos fazendo um motim.” Outros expuseram o motivo da rebelião: a excessiva carga de leitura da disciplina. Meu amigo ficou surpreso, pois a carga de leitura era pequena. Os alunos tinham que ler e debater semanalmente apenas dois ou três projetos de colegas, cada um com vinte páginas no máximo.

O professor perguntou se os alunos teriam alguma sugestão para resolver o problema. Eles propuseram que cada um escolhesse por conta própria os projetos que quisesse ler e os colegas com quem discutir, formando pequenos grupos auto-organizados. Dessa forma, terminariam o semestre mais cedo. Atordoado, o professor disse que pensaria no assunto, para então negociar uma solução satisfatória para todos.

Mas um aluno retrucou: “Não, professor. Você sempre quer negociar. O que nós queremos é romper hierarquias e questionar o seu poder.” O professor respirou fundo, disse que lhes escreveria a respeito mais tarde e continuou sua aula.

Depois de consultar colegas e enfrentar uma noite maldormida, o professor respondeu aos alunos, dizendo que manteria a dinâmica inicial do curso. Vários alunos lhe enviaram longos e-mails de protesto, qualificando sua decisão como autoritária e reivindicando que a vontade deles fosse respeitada. Tomados por um misto de revolta e euforia, diziam estar lutando pela democratização da universidade e contra as estruturas de poder.

Na aula seguinte, o professor apontou aos alunos a pouca razoabilidade das demandas que faziam e explicou a importância da leitura e do diálogo intelectual para a formação de cada um. Resolveu tornar opcional a participação no resto do semestre. Para sua surpresa, ninguém deixou o curso. Os participantes do motim – um terço da turma – lhe pediram desculpas e agradeceram a preleção. Final feliz.

Só que não. Narro esse episódio (sem citar nomes para não expor as pessoas) porque, a meu ver, ele exemplifica um fenômeno mais geral que tem ganhado força e se tornado mais frequente nas universidades brasileiras e do exterior. Para descrevê-lo, tomo emprestada do mesmo amigo uma expressão usada por ele em sua preleção aos revoltosos. Adaptando uma famosa frase de Renato Russo (“Parece cocaína, mas é só tristeza”), esse professor disse aos alunos sobre o motim: “Parece revolução, mas é só neoliberalismo.” A primeira metade dessa analogia é, claro, puramente metafórica: refere-se à agitação política dos alunos. A segunda é metonímica, pois o neoliberalismo é fonte de tristeza e angústia para qualquer pessoa que tenha apreço pela educação pública e por ideias progressistas.

A rebelião contra esse professor é um exemplo de atitude neoliberal da parte dos estudantes. Não me refiro ao neoliberalismo como ideologia político-econômica, mas como forma cultural, em que o mercado, a ética individualizante e o espírito do consumismo são erigidos como o modelo cognitivo e normativo da vida social. Apesar de os alunos apresentarem sua pauta como democrática ou mesmo subversiva, o que eles estavam de fato exigindo era que a universidade fosse como um supermercado ou um restaurante, onde quem decide o que consome (que textos ler), quanto consome (quantos textos ler), por quanto tempo consome (quantas aulas ter) e como consome (como as aulas devem ser) são os consumidores. Subjacente à revolta estava a ideia de

que o professor tem função parecida à de um gerente de hotel ou um alfaiate: servir ao cliente e satisfazer seus desejos. E o cliente, sabemos, tem sempre razão!

O episódio que narrei pode ter sido particularmente teatral e pedagógico, mas abundam casos semelhantes nas universidades. Em uma instituição pública fluminense da área de saúde, um aluno exigiu que o programa de pós-graduação desse aos estudantes *garantias* (termo tipicamente mercantil) de que todos terminariam seu doutorado com êxito. Levando ao extremo a mesma suposição de que o título (note bem, o título, e não o acesso à educação) é um direito de todos, uma aluna de história de uma universidade pública europeia que não escreveu sua tese de doutorado processou o departamento onde estudou, exigindo o diploma ou uma indenização pelo tempo *investido* (um termo-fetice do neoliberalismo).

Outra professora de uma universidade pública localizada no Planalto Central recebeu de um aluno um e-mail em que ele declarava ter decidido que o melhor *para ele* seria não escrever o trabalho final da disciplina – e solicitava ser aprovado mesmo assim. Uma amiga que leciona ciências exatas em uma universidade mineira recebeu de seus alunos uma lista de temas que eles queriam ver tratados na palestra a ser dada por uma pesquisadora visitante. No meio da pandemia, um pós-graduando – bolsista com dedicação exclusiva – enviou uma mensagem de última hora a seu orientador, dizendo que não participaria de uma reunião online de seu grupo de pesquisas porque estava cansado.

Outra colega, da área de comunicação social e residente em uma grande cidade do Nordeste, se assustou quando um aluno de graduação criticou duramente em aula um importante texto que ele não tinha lido nem queria ler, pois tinha ouvido falar mal do autor em um documentário (outro fetice neoliberal: o consumo doméstico de informação midiática). Quando a professora retrucou, dizendo que o aluno não poderia atacar o texto sem tê-lo lido, ela foi acusada de autoritarismo.

Parece, entretanto, que, aos olhos de tão exigentes consumidores, os professores também podem errar ao propor mais diálogo. Um estudante de ciência política questionou em público o método didático de um colega (baseado em discussões e debates) e solicitou que o professor desse mais aulas expositivas. Alegou que era muito disperso e se perdia ao ouvir os colegas. A mim um aluno sugeriu que eu modificasse o programa de um curso porque ele achava parte da bibliografia “maçante”. É também corriqueira a impolidez de pós-graduandos brasileiros, que não agradecem a seus orientadores por esforços que foram muito além de suas obrigações, não pedem

desculpas por falhas que cometem e exigem reuniões, atestados e assinaturas, amiúde com prazos impraticáveis, em vez de pedi-los com boa antecedência e de forma cortês, como se espera em interações com professores, colegas, amigos e... prestadores de serviços.

Não uso estes últimos termos por acaso. A privatização do público denunciada por Hannah Arendt é hoje uma realidade tão abrangente e onipresente que, como o ar que respiramos ou como o diabo que vive nos detalhes, já nem a percebemos mais. Quando a coletividade política se transforma em um conjunto de indivíduos-consumidores competindo no mercado, perde-se a ideia de que o professor é um servidor público dedicado a formar cidadãos instruídos e qualificados. Mesmo na educação pública, e entre aqueles que falam em seu nome, cresce o desejo de que ela passe a servir, de modo neoliberal, a esse consumidor autocentrado e oportunista que busca minimizar custos e maximizar benefícios. Assim, o professor universitário é tratado cada vez menos como um servidor público e cada vez mais como um prestador de serviços a indivíduos – um serviçal privado.

A força do neoliberalismo como fenômeno cultural se revela até nos ambientes mais progressistas, entre pessoas identificadas (por elas mesmas e por outros) como sendo de esquerda e que dizem estar lutando contra injustiças sociais. Mais assustador é que tais pessoas apresentam sua fantasia neoliberal como se fosse um projeto emancipador. Com isso, expande-se a suposição devastadora de que o professor, caso não aceite o papel de um serviçal privado, só pode ser um opressor.

Suspeito que isso se deva, em parte, à maneira distorcida como alguns alunos veem a assimetria inerente à educação, imaginando que os corpos docente e discente são como classes sociais – de um lado, a classe exploradora; de outro, a explorada. Eles supõem que o professor detenha uma superioridade essencial e que a posição de aluno seja involuntária e permanente. Esquecem que ninguém nasce professor e que a assimetria da sala de aula é contextual e temporária. O professor é apenas alguém com mais experiência e conhecimento em determinada área, e não um sujeito social dotado de um poder inerente ou de mais conhecimentos genéricos que os alunos. Aliás, muitos alunos de universidades públicas com atitudes como as que descrevi têm eles próprios a intenção de seguir a carreira docente, o que torna ainda mais absurda a identificação que fazem do professor com o opressor.

Essa identificação enganosa provavelmente se deve também ao perfil demográfico do corpo docente. A despeito de variações que possam ocorrer nas

diferentes instituições e áreas de conhecimento, há em geral, entre professores universitários, uma sub-representação de grupos discriminados e oprimidos por razões raciais, étnicas, religiosas, de gênero, de sexualidade ou de classe. Como muitos alunos são afetados por essas discriminações, não é de estranhar que alguns vejam seus professores como sujeitos privilegiados e dotados de grande poder.

Se isso ajuda a explicar a visão de que o professor é um opressor, é certo que não a justifica, pois há vários problemas nessa concepção. Primeiramente, ela ignora a desigualdade de posições sociais e institucionais entre professores, pois pressupõe que todos somos oriundos de setores sociais dominantes ou privilegiados, ou associados a eles. Embora algumas formas de hierarquização e discriminação sejam facilmente visíveis e identificáveis, outras não são. Há, por exemplo, muitos professores de universidades conceituadas que passaram por grandes dificuldades econômicas em sua juventude, sofreram preconceito e opressão ao longo da vida e, por terem estudado em universidades de menor prestígio (ou até de mais prestígio, mas estrangeiras), nunca são plenamente aceitos como pares por seus colegas, que julgam ter melhor pedigree social e acadêmico. E, dadas as desigualdades de ordem salarial, origem geográfica e classe entre professores, muitos enfrentamos dificuldades materiais reais, além do desprestígio social que marca toda a categoria.

Fora isso, a identificação do professor com o opressor e as revoltas contra docentes fazem com que se gaste tempo e energia atacando pessoas que, na maior parte das vezes, são aliadas dos alunos e lutam pelas mesmas bandeiras que eles, a começar pela defesa de uma universidade pública mais justa, inclusiva e democrática. O motim que descrevi no início deste texto, por exemplo, aconteceu em 2017, quando a democracia se deteriorava e o autoritarismo crescia aceleradamente no Brasil. Tenho certeza de que os revoltosos viam a situação nacional com a mesma preocupação que seu professor, mas preferiram usar seu tempo e energia lutando por “causas” miúdas como os supostos direitos de estudar menos e de decidir o que ler. Há algo de muito errado e perigoso quando estudantes tentam transformar em pauta política a redução do rigor e da qualidade da educação.

Grave é também o desvio feito pela ofensiva política progressista quando ela passa a atacar seus aliados. A expressão mais atroz dessa deturpação é a proliferação de acusações infundadas de racismo, sexismo, classismo, homofobia e transfobia feitas contra professores. Todas as denúncias desse tipo devem ser levadas a sério e investigadas, pois disso depende a luta por uma universidade mais justa e inclusiva.

Sabendo que preconceitos e assédios são uma realidade cotidiana da academia, como de tantas outras áreas, defendo veementemente a importância política dessas denúncias e o direito de todas as pessoas de fazê-las.

O fato de que o racismo, o sexismo, o classismo, a homofobia e a transfobia sejam frequentes nas escolas não significa, porém, que todas as denúncias sejam verdadeiras. Pode-se dizer o mesmo, imagino, de outros ambientes profissionais, mas esse fenômeno ganha contornos específicos no caso da universidade. Embora raramente tenhamos a coragem ou o interesse de falar disso em público, não é segredo para acadêmicos brasileiros e estrangeiros que parte dessas acusações são atos oportunistas de pessoas movidas por objetivos mais imediatos e pouco louváveis, como obter uma aprovação não merecida, diminuir a carga de estudo e conseguir facilidades na concessão de um diploma. A manipulação de injustiças, violências e exclusões para benefício individual é talvez a expressão mais feroz e perversa da neoliberalização cultural da educação pública.

A refinada perversidade dessa manipulação interesseira se dá em diferentes níveis. Para começar, os professores mais comumente acusados são os que estão em situações profissionais mais frágeis, em estágios iniciais da carreira, sem grandes vantagens imediatas a oferecer a seus alunos e cuja destruição moral não traz prejuízo a seus difamadores. Outro alvo comum de acusações infundadas são professores oriundos de grupos sociais discriminados e fragilizados. O preconceito de alguns indivíduos contra o próprio grupo oprimido é uma triste realidade, mas o que quero salientar é que muitas vezes os professores mais atacados e desrespeitados – por calúnia e difamação, assim como por outros atos cotidianos e discretos – são os mais desprovidos de poder, tanto dentro quanto fora da universidade.

Outras vítimas preferenciais são professores altamente mobilizados por questões políticas. Um professor de filosofia pós-colonial ou de história contemporânea tem muito mais probabilidade de ser atacado por uma afirmação que algum aluno considere inapropriada do que um professor de filosofia medieval ou de história antiga. Abundam os casos de professores feministas e ativistas de direitos LGBTQIA+ acusados de sexismo, homofobia e transfobia por darem aula sobre textos tidos como politicamente inapropriados ou por cometerem eventuais deslizamentos de linguagem passíveis de punição pela impiedosa e infatigável milícia do vocabulário.

Recentemente um professor de uma respeitada universidade pública do Sudeste, especializado em pensamento afro-atlântico, foi chamado de racista por uma mestranda.

Ela havia sido reprovada em sua disciplina por não frequentar as aulas, não apresentar um seminário obrigatório, não escrever o trabalho final e não responder a repetidas tentativas de contato. O oportunismo da calúnia fica evidente ao sabermos que a aluna só fez a denúncia seis meses depois de sua reprovação, e no momento que estouraram os recentes protestos antirracistas nos Estados Unidos. Mordendo a isca, os defensores dela não se furtaram a equiparar a reprovação ao brutal assassinato de George Floyd! Quando foi demonstrado que a denúncia era falsa, outro aluno de “pós” – de pós-graduação e de pós-verdade – defendeu os ataques dizendo que, sendo o professor um homem branco (aliás, abertamente gay e em estágio probatório na universidade), não importava se as acusações eram verdadeiras ou não. Se o professor fosse menos forte e decidido, talvez tivesse deixado de dedicar seu ensino e pesquisa a questões raciais, e a luta antirracista teria perdido, graças ao neoliberalismo de esquerda, um aliado em uma instituição de grande visibilidade.

O uso oportunista e individualista de questões sociais seríssimas prejudica a luta política não apenas por alimentar as conhecidas reações conservadoras e preconceituosas, mas também por silenciar vozes aliadas e privatizar bandeiras coletivas fundamentais. Muitas vezes as acusações são tão egocêntricas que supõem que, caso um indivíduo não seja beneficiado da maneira que exige, isso demonstra que *toda* sua categoria está sendo prejudicada. Há casos em que um candidato a pós-graduação, ao não ser admitido em processos seletivos com cotas para grupos discriminados (como todos os programas devem incluir), afirma que sua não admissão é sintoma de preconceito – mesmo que, obviamente, a vaga que ele não obteve seja destinada a outra pessoa da mesma categoria (vemos aqui o problema do fogo amigo: programas que não praticam ações afirmativas não correm o risco desse tipo de acusação e seu racismo passa incólume). É mais uma vez o “eu” autocentrado exigindo direitos de consumidor, sequestrando e usando como disfarce o “nós” coletivo que reivindica direitos sociais justos e corretos.

Essa privatização é mais uma expressão do poder do neoliberalismo cultural no ensino público. Ao contrário do que afirmam alguns, tal privatização não defende a educação: nega a própria ideia de educação. Não é à toa que muitos estudantes (mas não apenas eles) julgam que o incontestável direito à educação equivale a um suposto direito universal a um título, o bem maior almejado pelos consumidores da universidade. Tive a oportunidade de ler várias cartas de alunos, endereçadas a professores e a instituições, que defendiam não tanto o direito de estudar, mas sobretudo o de receber um diploma

acadêmico, independentemente do mérito do estudante. Reivindicações desse tipo, fantasiadas de luta democrática e igualitária, negam o pressuposto de que algumas pessoas têm certos conhecimentos específicos que podem ensinar a outras, em geral mais jovens, que ainda não os têm – e que para adquiri-los é preciso estudar. Tais reivindicações impedem a formação de cidadãos esclarecidos e transformam o direito à educação em direito a boas notas, aprovações e títulos.

Mas a força do neoliberalismo cultural na educação não para por aí. Como observou o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, apenas a lógica competitiva de mercado permite entender a proliferação de cruéis, rasos e injustos ataques militantes a intelectuais politicamente engajados. Em suas palavras, “para os atacantes, são chances de melhor se posicionarem no mercado epistêmico: quem mais lacrar e mais humilhar mais acumula capital” (*Folha de S.Paulo*, 11/08/2020).

O artigo não se refere unicamente a agressões a docentes, mas não é coincidência que tenha sido escrito por um professor universitário a respeito de ataques sofridos por uma colega de profissão. Entre os vários supostos erros de que esta professora – a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz – foi acusada, estava o de, apesar de ser branca (judia, vale lembrar), ter dedicado décadas de pesquisa e atuação pública ao combate ao racismo. Afinal, como bem argumentou Gomes, a lógica do mercado raras vezes recompensa e estimula ataques a pessoas retrógradas e conservadoras. Racistas, sexistas, homofóbicos, transfóbicos, antisemitas e semelhantes seguem ilesos em suas reputações e fortalecidos em suas posições de poder, voz e visibilidade. Punindo e calando intelectuais progressistas, o neoliberalismo de esquerda dá mais espaço, mais vigor e mais protagonismo ao neoliberalismo *stricto sensu* que, pelo lado direito, ataca o ensino público e seus professores de forma igualmente atroz.

Infelizmente, contudo, a esse problema nós, os professores, temos também reagido de maneira tipicamente neoliberal. Por um lado, tendemos a atribuir a particularidades de certas situações e de indivíduos cada caso de abuso, desrespeito, privatização, calúnia ou difamação. Por outro, seguimos com o pacto não declarado de silêncio sobre essas questões por temermos, com razão, punições no mercado acadêmico. E muitas vezes cedemos na concessão das benesses exigidas pelos sujeitos neoliberais, seja por medo de eventual repercussão, seja por autoengano político. Com isso, acabamos por contribuir para a privatização da educação, no sentido amplo e cultural, e, claro, para a deterioração do ensino. Enquanto não entendermos que estamos

diante de um fenômeno coletivo – o individualismo é um fenômeno coletivo – e enquanto não agirmos politicamente, ou seja, debatendo publicamente um problema político, a educação pública seguirá sendo atacada não apenas de forma espetacular, mas também rotineira e capilar; não apenas por governos e ideólogos de direita, mas também nos campi, nas ruas e nas mal denominadas redes sociais.

Assim, os professores universitários, sobretudo os de instituições públicas brasileiras, sofremos hoje duas virulentas ofensivas neoliberais. A direita nos ataca de modo neoliberal, combatendo em nome do mercado tudo que nossa educação pública conquistou a duras penas nas últimas décadas: inclusão social, expansão do ensino, ações afirmativas, financiamento à pesquisa, reflexões sofisticadas sobre a sociedade. A esquerda, usando camuflagens progressistas para disfarçar seu neoliberalismo, transforma alunos em consumidores, a educação em distribuição de diplomas, o rigor acadêmico em forma de opressão, os servidores públicos em serviços privados.

Um lado defende abertamente o neoliberalismo, o outro pensa ser revolucionário. Mas ambos agem de forma mercantil e compartilham o ataque à educação pública e ao pensamento crítico. Ao castigarem os professores por ensinar, pensar e escrever, uns encontram nos outros os melhores aliados de suas cruzadas neoliberais autoritárias contra a liberdade de pensamento e de expressão. Assim como, em 1815, europeus católicos, protestantes e ortodoxos juntaram suas forças retrógradas em uma Santa Aliança contra os ideais republicanos, hoje em dia fanáticos à direita e à esquerda se unem religiosamente em uma aliança, desta vez não declarada, para combater a educação pública e os professores.

Quase todos os docentes de universidades públicas concordamos sobre os graves e evidentes perigos do neoliberalismo autoritário da direita, e fazemos o possível para combatê-lo. Mas para continuar e fortalecer essa luta devemos também romper nosso pacto de silêncio e reconhecer os perigos igualmente autoritários, igualmente violentos e igualmente neoliberais que vêm do outro lado – inclusive de nossos alunos.

É como um passo em direção a esse reconhecimento e a um debate amplo e democrático que escrevo este artigo. Apenas lamento que tenha de assiná-lo com um pseudônimo. O motivo disso está evidente. Nestes tempos de cruzadas autoritárias moralistas e de narcisismo midiático neoliberal, uma crítica como a que fiz aqui tem de lançar mão da privacidade autoral como escudo e refúgio.

PARECE DEMOCRÁTICA, MAS É AUTORITÁRIA

A universidade precisa aprender a lidar, na prática, com as desigualdades estruturais do
Brasil

ÉRICO ANDRADE

09fev2021_10h33



Intervenção de Paula Cardoso sobre foto de Hirotoshi Ito de sua obra Escárnio

O texto [*Parece revolução, mas é só neoliberalismo*](#), publicado na **piauí_172**, de janeiro de 2021, apresenta dois principais problemas de ordem conceitual. O primeiro diz respeito ao emprego que faz do termo “neoliberalismo”. O segundo é o modo como entende a relação entre professores e estudantes nas universidades públicas. Os dois pontos estão entrelaçados e, por ter uma compreensão equivocada do neoliberalismo, o texto adota paradoxalmente aquilo que pretende criticar – a saber, uma postura neoliberal.

O autor ou a autora, que escreve sobre o pseudônimo Benamê Kamu Almudras, fragmenta, como se fosse possível, a ideia de neoliberalismo em duas porções: de um lado, a ideologia político-econômica; de outro, a atitude cultural. A partir daí constrói a sua argumentação para mostrar que existiria um “neoliberalismo de esquerda” em vigência nas universidades, que se manifestaria não propriamente como pensamento sobre política e economia, mas como “forma cultural”, incorporada à atitude dos estudantes, que não a percebem como tal, mas como atitude revolucionária, de mudança dos cânones universitários. Esse neoliberalismo cultural difundido sutilmente entre os estudantes, mesmo os de esquerda, seria o responsável por uma cruzada que eles estariam travando agora contra os professores, numa escala que já se aproxima da intolerância.

Há nessa lógica, porém, um erro de base, pois não há como separar o neoliberalismo em partes, uma vez que ele opera justamente na fusão da lógica do mercado com a vida cotidiana. Não haveria como existir um modo de agir neoliberal sem que as forças de um mercado igualmente neoliberal lhes dessem sustentação. Essa é a razão pela qual “neoliberalismo” é uma palavra que implica necessariamente um todo, não uma dada atitude, e não serve para designar casos particulares, ao sabor de nossas conveniências, como muita gente faz.

Ser ou não ser neoliberal não é também uma questão de escolha individual (no caso, de estudantes), mas uma condição que governaria a maioria das ações sociais, uma vez implantado o seu modelo mercantil e difundida sua ideologia. Pode-se discutir se o Brasil, em vista do estágio de suas forças produtivas e de sua organização política, é um país de fato “neoliberal”. Mas, ainda que esteja aquém disso, é essa a lógica que se impôs – talvez como “ideal” – à economia, à política e à vida social, afetando, inclusive, as universidades públicas. Se os estudantes agem, individualmente, vez por outra, repetindo atitudes “neoliberais” é porque, antes deles, a própria universidade e a prática docente colocaram para si o neoliberalismo como horizonte.

Dessa maneira, professores não são as vítimas da cruzada neoliberal que estaria sendo movida pelos estudantes neoliberais. Pois, há anos, o quadro docente já reproduz à exaustão alguns dos princípios do neoliberalismo, como a lógica meritocrática, ao decidir, por exemplo, sobre a distribuição de recursos dos departamentos e as bolsas de estudos. É a autoridade conferida pelo dito mérito da alta produtividade que confere a professores força de intervenção política na universidade e nos órgãos de fomento. Mesmo a Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou a nota dos programas de pós-graduação atribuída pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) são governados pelo princípio da produção em massa de artigos científicos – que funcionam como dividendos para imposição de uma agenda política acadêmica. A produtividade individual no campo universitário, tal como projetada por uma economia de aspiração neoliberal, é o regime de poder.

O texto *Parece revolução, mas é só neoliberalismo* ignora acintosamente tudo isso e prefere afirmar, sem qualquer base empírica, que professores universitários padecem de desprestígio financeiro e social. No contexto da docência em geral, marcada por brutal clivagem de raça, gênero e classe, o professor da universidade pública é muito mais parte da elite econômica e social. Nós, professores universitários, estamos

no topo da carreira docente, com os maiores salários e as melhores condições de trabalho, bastando comparar-nos com o professor da educação básica. Na condição de elite, formamos um corpo prestigioso e respeitado e temos sempre dificuldades para entender as desigualdades estruturais.

É justamente a uniformização ideológica da docência e dos estudantes, que o referido texto reproduz, um dos motivos que levam os estudantes a criticarem os professores universitários. Nós, professores, com frequência agimos conforme uma lógica (neoliberal, ou simplesmente indiferente) que não se atém às diferenças sociais, de gênero e raça, igualando indivíduos oriundos de contextos bastante diversos. É essa mesma lógica, aliás, que leva muitos professores a insistirem na defesa do “mérito acadêmico”, mesmo sabendo das dificuldades de alguns estudantes.

Ao fazer dos professores as vítimas de uma suposta cruzada neoliberal empreendida por estudantes, sem considerar que estes também são vítimas de um “neoliberalismo” similar, da parte dos professores, o texto não permite que se entenda o que está em jogo nas reivindicações dos alunos.

O autor ou a autora afirma, sem explicação, que “motins” realizados em 2017 pelos estudantes teriam como objetivo amenizar o rigor acadêmico, impondo uma agenda de menos leitura ou a discussão democrática do que seria lido. Novamente, confundir uma discussão sobre o cânone – o que implica abrir a palavra a outras expressões da cultura na universidade e escutar os movimentos sociais – com uma discussão neoliberal, como se a educação fosse uma espécie de *self-service*, é uma forma equivocada, para dizer o mínimo, de lidar com a crítica que vários movimentos e coletivos têm feito à universidade.

O grave problema do texto, portanto, é não entender as reivindicações coletivas dos estudantes, uma vez que está preocupado apenas em descrever atitudes individuais ou de pequenos grupos, na forma de casos pessoais. Não se pode confundir indivíduos com uma causa coletiva e transformar em princípio geral o que se manifestou, certa vez, como problema de ordem pessoal. Mesmo que se recorra a uma penca de relatos individuais parecidos, é próximo do leviano produzir daí um diagnóstico sobre a postura política dos estudantes como um todo, ainda mais sem levar em conta as reivindicações formuladas objetiva e coletivamente por eles. Trata-se de uma estratégia (de tipo neoliberal) para ocultar as questões estruturais e transferir para indivíduos ou pequenos grupos – no caso, estudantes – a responsabilidade sobre um problema que se manifesta

em todo o sistema (como mostrei em meu livro [*Sobre Losers: Fracasso, Impotência e Afetos no Capitalismo Contemporâneo*](#)).

Essa confusão entre o pessoal e o coletivo é também um recurso moralista para deslegitimar as demandas dos movimentos estudantis, quando não para ridicularizá-las, o que fica patente quando o autor ou a autora toma exemplos próximos da caricatura e que, por não darem chance ao contraditório, incitam o leitor a apenas concordar.

O pensamento neoliberal está longe de influir na ação coletiva dos estudantes (embora afete alguns deles, individualmente), ao contrário do que se passa dentro da instituição universitária, que, como vimos, já há bastante tempo opera conforme essa mesma lógica. Para se levar adiante o debate sobre a democratização da universidade, é preciso abandonar os chavões e os preconceitos, realizando primeiramente uma radiografia honesta da própria instituição universitária, a fim de mostrar como ela é parte de um modelo socioeconômico, que ela reproduz nas formas de ensino, organização e premiação. Por ter tantas dificuldades para entender, na prática, as desigualdades estruturais do país, muitos professores universitários, como Benamê Kamu Almudras, tomam como voluntarismo autoritário o que, de fato, é uma contestação ao próprio autoritarismo institucionalizado na universidade.

NEM REVOLUCIONÁRIOS NEM NEOLIBERAIS

Dialogar com os alunos à luz das demandas atuais é essencial para o futuro da
universidade pública

MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA

11fev2021_08h35



Intervenção de Paula Cardoso sobre foto de Hirotoshi Ito de sua obra Escárnio

Maio de 1968. O filósofo Norberto Bobbio é chamado a comparecer na Universidade de Turim, da qual é professor, pois estudantes haviam tomado a famosa sede da escola na Via Po. Ao perguntar o que teria a ver com aquilo, Bobbio foi informado de que o líder da ocupação era Luigi, seu filho. No mesmo ano, no Brasil, intelectuais de grande prestígio, como Antonio Candido e Florestan Fernandes, eram questionados pelos alunos sobre alguns dos procedimentos adotados por eles em suas aulas.

Algumas das reivindicações dos alunos turineses hoje parecem prosaicas: eles queriam menos aulas expositivas, menos avaliações punitivas, mais trabalhos em grupos. Já os alunos que questionavam Antonio Candido queriam o direito de intervir na organização e distribuição das tarefas. O professor assentiu, mas os alunos não cumpriram a sua parte no trato.

É exagerado atribuir a um falso binômio revolução/neoliberalismo o afã contestador da juventude estudantil, como propõe o anônimo autor Benamê Kamu Almudras. Os problemas das gerações mais velhas com os arroubos contestatórios dos jovens alunos são típicos das mudanças que ocorrem na estrutura de sentimento de uma sociedade, às vezes em poucos anos. É o caso do que observamos hoje, no Brasil, mas trata-se de uma atitude açodada vincular esses episódios a uma presumida “cultura neoliberal”.

No final de 2019, antes que a Covid-19 sequestrasse as nossas aulas presenciais, um aluno me desafiou afirmando que o liberalismo nunca prometera igualdade. Ciente de que ele militava em um movimento de perfil reacionário, eu perguntei em que fonte se baseava para sustentar tal posição, pois no programa da minha disciplina constava o oposto, pelo menos nas referências clássicas, como Locke e Rousseau. Ele respondeu simplesmente que não lera os livros dos dois filósofos, nem precisava lê-los: a promessa de igualdade do liberalismo era uma invenção da esquerda, afirmou. Tornei a recitar o mantra liberal e perguntei o que ele costumava ler, além das mensagens no celular, completando com a sugestão de que se dedicasse mais ao estudo da história se desejava se qualificar para o debate. Ele disse, então, que iria pensar melhor sobre o tema. Fui severo no episódio, mas, estando em uma universidade, tratei aquele aluno como adulto. Nem sempre é o que acontece, porque às vezes temos medo de exercer autoridade. Ou a exercemos de maneira autoritária.

Se o neoliberalismo nos assalta a ponto de tirar o sono é porque essa doutrina (nunca é demais lembrar) faz da gestão do sofrimento o motor do controle social. É difícil encará-la como uma forma de prática cultural. Daí minha discordância em relação ao argumento do autor. Sabemos que enfrentamos situações como aquelas que relata, algumas até caricatas. Mas não é fácil aceitar a lógica de vitimização dos professores universitários do texto. Até mesmo porque, como o autor ou a autora admite, nós, os professores, temos muita dificuldade em fazer a crítica de algumas das nossas práticas.

Não me refiro aqui a atitudes que resvalam para o assédio moral e sexual, o racismo e a homofobia, alguns tipificados como crime, mas a certas práticas “naturalizadas” nas universidades públicas, estas sim desdobramentos do *éthos* neoliberal. Por exemplo, alguns programas de pós-graduação brasileiros definiram, recentemente, que os alunos devem obrigatoriamente publicar com os seus orientadores. Há muito o que ser questionado nessa decisão, mas o principal é: como podemos obrigar os alunos a publicar quando muitos professores têm dificuldades para fazê-lo? Ainda mais se o aluno não teve o respaldo que deveria ter de seu orientador? Apesar de haver algo de injusto nessa decisão, para minha surpresa não houve nenhuma grita geral dos estudantes contra ela, ao menos no meu curso. Acharam tudo normal, mesmo quem se diz progressista, pois, afinal, assim quer a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)... Seriam ecos do produtivismo

neoliberal? Na prática conduzida pela academia, certamente sim, mas serão os alunos que sofrerão as consequências.

Não há nada de revolucionário no fato de os alunos serem, por vezes, arrogantes e impertinentes. Nem há nada de neoliberalismo nisso. A universidade mudou, e a universidade pública brasileira mudou para melhor. Ela é mais aberta, mais inclusiva, mais plural. E a diversidade dos seus problemas também aumentou. Cabe perguntar quantos de nós, velhos e novos professores, estamos preparados para enfrentar outros comportamentos, outros códigos linguísticos, outras maneiras de ver a vida, da parte dos muitos indivíduos que encaram a universidade apenas como um passo a mais na sua vida e na sua luta, nem o principal passo, nem o mais importante.

A integração – complexa – da universidade com o pluralismo da cultura atual tem produzido todo tipo de preconceito, inclusive entre professores. “Mas os alunos cotistas não sabem falar ou escrever”, disse-me certa vez uma colega. Não estaríamos, dessa maneira, criando barreiras que impedem os alunos de superar suas próprias dificuldades?

Durante a campanha eleitoral de 2018, uma de minhas alunas, negra e pobre, declarou em sala de aula que apoiava Jair Bolsonaro. A sua manifestação indignou outra aluna, que era militante política de esquerda. Tentei mediar a discussão, lembrando que a livre manifestação da opinião na cena pública é fundamental à plena realização da política.

Ouvi da aluna indignada que o que eu dissera era um absurdo, pois ninguém poderia, em sã consciência, defender a posição adotada pela outra aluna. Ela afirmou que eu estava “contemporizando” com uma grave situação, o que muito a desapontava. A aluna militante julgava revolucionária a atitude que tinha tomado, mas era sobretudo autoritária.

Esse é o ponto em que tenho maior discordância do argumento de Almudras. A sociedade brasileira e a sua cultura política estão alicerçadas no patrimonialismo, no paternalismo, no populismo. E também no autoritarismo, que não é apenas uma prática de determinados estudantes, mas de diferentes agentes dentro da instituição universitária. Se os alunos de hoje contrapõem-se (como fizeram os de ontem) a certas práticas docentes, é porque pode haver algo de errado nelas. Por que nós, os professores, temos tanta dificuldade em admitir isso? Ou será que continuaremos a negar que adotamos, nós mesmos, há bastante tempo, práticas neoliberais na universidade, como o

produtivismo, o elitismo e o fetichismo de alguns valores culturais, que às vezes resvalam para o autoritarismo?

A universidade é cada vez menos uma ilha alheia aos problemas históricos e atuais da sociedade – e isso é bom. Práticas autoritárias que se dizem progressistas, aliadas a um modelo político econômico perverso, estão disseminadas na sociedade e alcançam também a vida universitária. Talvez por isso, há muito, os estudantes questionam o *status quo* acadêmico, suas formas de distinção e de premiação. Poderia ser diferente?

É um desserviço ao debate democrático que vem enriquecendo a universidade relacionar os arroubos de alunos, inclusive algumas atitudes mais radicais de protesto, com o projeto neoliberal e sua gestão da economia que carrega consigo destruição e morte. Isso enfraquece o esforço que vem sendo feito para compreender as nuances adquiridas nos últimos anos por esse espaço plural, diverso e polissêmico que é a universidade pública brasileira.

Em vez de embirrarmos com os alunos por causa de sua rebeldia, precisamos (re) aprender a dialogar e negociar com eles, à luz das demandas desse tempo novo. No mundo um pouco claustrofóbico da instituição universitária, em que os professores se adaptaram à lógica produtivista bovinamente, o inconformismo e a irreverência dos alunos são mais que bem-vindos – são um vento forte que pode lançar para longe o elitismo e o autoritarismo presentes na universidade.

DIÁLOGOS POSSÍVEIS

É preciso ampliar o debate acadêmico para escapar das lógicas binárias que produzem os conflitos entre estudantes e professores

ELIZABETH ARAÚJO LIMA, VIMA LIA DE ROSSI MARTIN, SYLVIA GEMIGNANI GARCIA,
CHRISTINA BRECH, PATRÍCIA IZAR, MARIA LUÍSA SANDOVAL SCHMIDT, ADRIANA
MARCONDES MACHADO, SORAIA CHUNG SAURA, CLAUDIA LAGO, ELIZABETE FRANCO CRUZ,
SILVANA DE SOUZA RAMOS, ANA FLÁVIA LUCAS D'OLIVEIRA E CLÁUDIA VIANNA

17fev2021_08h02



Intervenção de Paula Cardoso sobre foto de Hirotoshi Ito de sua obra Escárnio

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula é um ambiente de possibilidades, onde se tem a oportunidade de trabalhar pela liberdade, abrir a mente e o coração e encarar a realidade, enquanto se imagina, coletivamente, modos de cruzar fronteiras e transgredir. (bell hooks, *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade*)

Em meados de janeiro passado, quando se comemorava o início da vacinação contra a Covid-19, mas também se constatava a incapacidade do governo de vacinar ao menos as pessoas mais expostas e vulneráveis ao vírus, diversos grupos e pessoas começaram a difundir o texto [*Parece revolução, mas é só neoliberalismo*](#), publicado na **piauí_172** (janeiro de 2021) e escrito por alguém que se apresenta, sob o pseudônimo Benamê Kamu Almudras, como um “professor universitário em meio às cruzadas autoritárias da direita e da esquerda”.

A quantidade de vezes que foi compartilhado e as muitas expressões de apoio e elogio que recebeu não deixam dúvida: o texto toca em ponto sensível da vida acadêmica brasileira, especialmente das universidades públicas, e abre um necessário debate sobre as relações entre professoras, professores e estudantes, neste momento em

que recebemos, cada vez mais, alunas e alunos vindos de mundos muito diversos daqueles em que vive a maioria dos docentes.

O texto situa-se no âmago de uma situação marcada historicamente pela distância que separa a juventude negra, bem como pessoas oriundas de classes sociais mais vulneráveis, das instituições públicas de ensino superior – distância que nas últimas décadas vem diminuindo sensivelmente. Isso parece indicar que o desafio da construção de uma sociedade democrática está nos cutucando dentro da sala de aula: um desejo forte e genuíno de “romper hierarquias e questionar poderes”, como dizem estudantes citados pelo autor do texto. Talvez seja este mesmo o ponto central a mirar quando se considera, de um lado, o caráter elitista e conservador de grande parte dos cursos universitários brasileiros e, de outro, a prerrogativa de educar para o pensamento e para a liberdade, como propõe Paulo Freire.

Se “revolução” e “neoliberalismo” estão embaralhados nas atitudes descritas pelo autor, é urgente incorporar ao debate sobre o cotidiano acadêmico as reflexões que distinguem essas duas experiências, essas duas formas de viver e se relacionar, esses dois modos de subjetivação. Se é fato que vivemos em uma sociedade marcada pelo autoritarismo, que nos atravessa a todas e todos (não de modo indistinto, bastando lembrar o racismo e o sexismo), talvez seja demasiado juntar alhos e bugalhos na mesma cesta. É um favor que se faz aos movimentos conservadores extremistas colocar, no mesmo balaio, autoritários confessos, defensores dos sistemas hierárquicos e aqueles e aquelas que, apesar de alguns equívocos, se propõem a tentar mudar o *status quo* universitário.

Talvez se possa pensar, como o autor, que, nos “motins” feitos pelas e pelos estudantes para poder conversar sobre a carga de leitura ou a forma das aulas ou a escolha de autores e textos para debate, se manifeste também um desejo que relaciona a universidade a uma loja que oferece produtos ao gosto do freguês. O que não seria de surpreender: todos nós somos cotidianamente bombardeados por essa forma de vida individualizante e triste, baseada no consumo. Mas é inegável também que a maioria desses “motins” está atravessada por um desejo de transformação, por uma vontade de experimentar outros lugares, testar a potência do comunitário ou, simplesmente, dialogar e pensar o novo. São manifestações que nos provocam, vindas de pessoas que sempre estiveram fora do jogo e agora reivindicam seu direito a falar, questionar e fazer, de fato, parte do debate. Dessa perspectiva, a recusa de estudantes em aceitar a carga de

leitura proposta remete, de fato, à questão sobre quem pode medir, de que modo e conforme quais critérios, qual é a carga adequada ou excessiva.

Os espaços públicos e o mundo que nos é comum estão sendo privatizados mais e mais, por isso é preciso saber distinguir quando agimos comprometidos com a construção de uma universidade pública e de uma sociedade voltada ao bem comum, e quando nos relacionamos com o saber apenas como produtividade e com a sala de aula como espaço estéril e burocratizado.

Para a filósofa Hannah Arendt, nós, os modernos, estamos aprisionados a um processo de produção ininterrupto e cada vez maior de bens pouco duráveis destinados ao consumo imediato. Nada mais próximo disso que a máxima “*publish or perish*” (publique ou pereça) que impera nos ambientes acadêmicos e que, de diversos modos, impomos a nossos alunos e alunas. Quando tudo o que fazemos se resume a esse mecanismo de produção e consumo incessantes, nos diz a filósofa, deixamos de coexistir em um espaço público, como seres políticos. Passamos a experimentar a vida como algo fútil, que, sem dispor de nada que seja permanente, não se realiza em coisa alguma.

Tornamo-nos seres inteiramente privados – privados da presença dos outros, da possibilidade de compartilhar um mundo, de realizar algo duradouro. Despojados de direitos políticos e excluídos da construção desse mundo que deveria ser partilhado, os indivíduos se fecham cada vez mais na vida particular e no destino pessoal, que passam a ser seus principais objetos de interesse, enquanto sua relação com os outros enfraquece e toma a forma de concorrência de todos contra todos. A solidão e o isolamento forjam a experiência de não mais pertencer a um mundo comum.

Apenas quando ampliamos o horizonte da interpretação torna-se possível vislumbrar que os “motins” de estudantes dos quais fala o autor contêm algo muito diferente daquilo que ele consegue ver: há neles também um desejo de transformação. Não estariam os e as estudantes lutando contra o regime de produção e consumo e tentando instaurar um novo plano comum, no momento que convocam os e as docentes ao diálogo e buscam se organizar para fazer propostas, mesmo que às vezes o façam sem argumentos consistentes e de forma agressiva? Os e as estudantes, assim como todos nós, recorrem ao que lhes foi socialmente dado, e por isso certas reivindicações podem até ser formuladas na linguagem do consumo. Mas não se reduzem a atitudes neoliberais: são tentativas de contestar o autoritarismo universitário, participar da construção da vida acadêmica e atuar como coautores na criação de um mundo comum.

Temos constatado, a partir de numerosas pesquisas e na prática cotidiana de acolher alunas que sofrem violências, inclusive institucionais, como o autoritarismo acadêmico comete diferentes abusos, perversamente maquiados de respeito à instituição. Essa situação só fortalece o desafio que, em sala de aula, nos é colocado para pensarmos criticamente, levando em conta, como base, o conhecimento pedagógico. A falta desse conhecimento pode limitar a vivência dos professores, fazendo do protesto do estudante apenas um motivo de indignação pessoal para o docente.

Entretanto, no trabalho de cuidado e acolhimento de estudantes que desenvolvemos na USP, ainda não nos deparamos com “amotinados” que estivessem simplesmente pleiteando vantagens preguiçosas, como sugere o autor, nem com “atos oportunistas de pessoas movidas por objetivos mais imediatos e pouco louváveis, como obter uma aprovação não merecida, diminuir a carga de estudo e conseguir facilidades na concessão de um diploma”. Se existe abuso por parte de alguns alunos e alunas, isso não significa que todas as reivindicações delas e deles devam ser automaticamente colocadas sob suspeita.

É preciso reconhecer que nós, professores, estamos convivendo com uma juventude que chega ao ensino superior alimentada por informações e iniciativas que, graças às novas e múltiplas formas de difusão do conhecimento, abriram brechas na hegemonia intelectual exercida pelos grupos dominantes – essa “coisa escandalosa”, na expressão de Donna Haraway, que é o “patriarcado capitalista branco”, cujo poder submete a todos nos planos consciente e inconsciente.

Alunas e alunos sabem que é preciso estar em alerta e tensão permanentes contra essa força tão poderosa e atuante. As juventudes negra e indígena almejam uma literatura, uma filosofia e uma história fora dos padrões tradicionais. As mulheres e todas as pessoas LGBTQIA+ que hoje chegam à universidade questionam a visão de mundo formulada pela dominação masculina, branca e heterocisnormativa sobre a vida intelectual, acadêmica e científica.

Se, para alguns, a queixa de estudantes parece impulsionada por individualismo, negligência e consumismo, para nós ela expressa uma profunda insatisfação com a permanência do pensamento colonial e patriarcal neste espaço, a universidade, que deveria nutrir a visão crítica com liberdade, autonomia intelectual e democracia.

Assim, importa fazer da vida universitária, além de uma oportunidade para a criação e experimentação do conhecimento científico, filosófico e artístico, um espaço

de convivência democrática, de criação de modos de autogestão e autogoverno. Importa fazer da universidade não apenas um lugar em que se reproduz a tradição, mas onde a tradição é reinventada. Como conteúdo e forma são inseparáveis, é impossível que relações autoritárias possam ensinar a cidadania democrática. Convivência e diálogo são fundamentais para uma universidade que almeja realizar seu papel civilizatório, ensaiando a utopia de um mundo melhor para todas e todos.

Por isso, é necessário promover um debate contínuo a respeito das denúncias de racismo, sexismo, classismo, homofobia e transfobia que emergem cotidianamente no ambiente universitário. O exercício comum do pensamento poderia ampliar o alcance desse debate favorecendo a recusa de lógicas binárias e incluindo a nós, professores, como objeto da reflexão. Como combater o elitista que há em nós, fruto da cultura e da sociedade em que estamos imersos? Como dialogar com pessoas que se sentem agredidas, fragilizadas e ressentidas quando questionadas por saberes forjados do lado de fora dos muros da universidade? Como lidar com as denúncias de modo a conseguir escutar o relato de vivências que são, com frequência, muito violentas? Como ampliar a discussão sem ingenuidade e paternalismo, mas livrando-a dos modelos do julgamento e da condenação, bem como do autoritarismo?

Se a sala de aula é potencialmente um espaço dialógico e transgressor, como nos ensina bell hooks, talvez devamos, como educadores e educadoras, primeiramente acolher as “demandas” dos estudantes, mesmo aquelas que nos pareçam estapafúrdias – pois elas existem, e disso não há dúvida. Esteja claro que acolher não é o mesmo que concordar e, muito menos, acatar. É reconhecer. E, ao reconhecer a possibilidade de questionamentos, estamos reconhecendo os próprios sujeitos que questionam. Para tanto, é preciso abdicar de nosso poder professoral e confiar no diálogo, que, na maioria das vezes, encaminha as questões de forma bastante satisfatória e promove o estabelecimento conjunto de limites e parâmetros para as atitudes de uns e outros. Tudo isso exige uma disponibilidade que, infelizmente, tende a ser colocada em segundo plano na vida acadêmica.

As situações que nos inquietam na sala de aula podem ter, sim, algo de individualismo neoliberal, mas contêm muitas vezes uma dimensão coletiva e revolucionária. Se ambas as características se manifestam numa mesma atitude, em regime de tensão, é função do pensamento crítico esforçar-se para distinguir uma coisa da outra, em cada uma das ações e discursos, seja o de professores, seja o de estudantes. Nesse processo, importa, sobretudo, reafirmar a educação como prática de apresentação

de mundos possíveis às novas gerações, esperando que elas consigam renovar este em que vivemos, como vislumbrou Hannah Arendt. Abrir a escuta para outras linguagens e outros modos de entender e de dizer o mundo pode nos transformar a todos, pode subverter de algum modo a lógica da imediatez e do consumo e perturbar o imperialismo cultural que só considera digno de ser ouvido aquele que fala o que podemos entender porque diz algo que já sabemos.
